

Casa do Douro pede apoios urgentes aos viticultores afetados

written by Maria Paulo | 15 de Fevereiro, 2026



Casa do Douro alerta para a “**situação de emergência vivida**” nesta região, onde o mau tempo destruiu vinhas, e pediu apoios urgentes para os viticultores, independentemente do município.

Casa do Douro alerta para a “**situação de emergência vivida**” nesta região, onde o mau tempo destruiu vinhas, derrubou muros e taludes e pediu apoios urgentes para os viticultores, independentemente do município. “**Os viticultores do Douro não podem ser deixados a enfrentar sozinhos consequências que extravasam largamente a sua capacidade individual de resposta**”, afirmou, em comunicado a associação representativa da produção que tem sede no Peso da Régua, distrito de Vila Real.

Na Região Demarcada do Douro (RDD) também a chuva intensa e o vento forte provocaram **“prejuízos de grande dimensão”** como a perda de terras agrícolas, destruição de vinhas, colapso de muros de xisto (pedra posta), que são um elemento estruturante da paisagem classificada pela UNESCO como Património da Humanidade e a instabilidade das encostas e destruição de infraestruturas tradicionais (danos em linhas de água e caminhos agrícolas).

A Casa do Douro disse que a situação se agrava com **“estradas cortadas e acessos impedidos, eventos cancelados (carnaval, dia dos Namorados), e situações em que o enoturismo está impossibilitado e a comercialização de vinhos paralisada”**.

Para a organização, estes prejuízos **“comprometem não apenas a campanha vitícola em curso, mas também a viabilidade futura de inúmeras explorações, particularmente as de pequena e média dimensão,”** e considerou que **“sem apoios urgentes não será possível recuperar o investimento perdido”**.

A associação lembrou que **“os viticultores encontram-se descapitalizados após anos consecutivos de dificuldades na comercialização de uvas e vinhos”**, referiu que o **“ano de 2024 foi particularmente trágico, com vinhas por vindimar e entregas sem garantia de pagamento”** e que, **“apesar desta situação, os compromissos financeiros com a banca, segurança social, finanças e trabalhadores mantêm-se”**.

Disse ainda estar em articulação com o Instituto dos Vinhos do Douro e do Porto (IVDP), com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N) e a Comunidade Intermunicipal para avaliar os danos no terreno e criar condições de recuperação. Mas, defendeu, para que seja possível preparar medidas de apoio ajustadas à realidade do terreno, **“é absolutamente essencial”** que todos os viticultores afetados procedam, **“com urgência”**, à declaração dos prejuízos na plataforma disponibilizada pelas CCDR Norte e Centro.

A instituição advertiu que **“esta comunicação não constitui, ainda, uma candidatura a financiamento, mas sim uma declaração de ocorrência que será posteriormente validada pelos serviços competentes”** e que, **“caso existam prejuízos posteriores a declaração, pode ser atualizada com novas ocorrências”**.

De acordo com a Casa do Douro **“alguns municípios do Baixo Corgo já declararam estado de emergência municipal, o que permite o acesso a medidas imediatas de apoio”**, no entanto **“apenas pessoas e empresas com sede e atividade nesses municípios podem candidatar-se às ajudas previstas no pacote que está a ser preparado e será lançado nas próximas semanas”**.

No entanto, realçou que os **“prejuízos afetam todo o território duriense”** e que **“viticultores de outros municípios da região enfrentam danos igualmente graves, mas ficam excluídos das ajudas por não estarem abrangidos pela declaração de emergência municipal”**.

Por isso, reclamou que **“todos os viticultores afetados possam aceder ao pacote de ajudas em preparação”**, que as **“medidas de apoio sejam implementadas com a rapidez”** e que **“se evite a discriminação entre viticultores da mesma região em função da localização administrativa”**. Reforçou que é fundamental **“agilizar o acesso às ajudas para todos os viticultores afetados, independentemente do município”** onde têm as suas explorações.

“Não podemos aceitar que viticultores igualmente afetados tenham tratamentos diferentes apenas por questões de fronteiras municipais”, salientou.

OC/MP